



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIRROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura Fátima Maria de Lima Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos Ana Margarete Gomes da Silva Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida Maikon Geovane Oliveira Vila Nova Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	280

GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO

Vanderson Viana Rodrigues

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Departamento de História e Geografia – DHG
São Luís – Maranhão

Ademir Terra

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Departamento de História e Geografia – DHG
São Luís – Maranhão

RESUMO: O reconhecimento da agricultura camponesa justifica a criação de um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de suas atividades de base sustentável e em consonância com as novas demandas ambientais às quais o planeta vem sendo submetido. A presente pesquisa objetiva verificar a ação do PRONAF no âmbito do estado do Maranhão, analisando a política do programa e os impactos econômicos que a mesma vem provocando nas economias locais e na vida dos beneficiários. Para tanto, buscou-se identificar e analisar os impactos do volume de recursos do PRONAF em relação ao PIB estadual. Verificando-se os entraves encontrados pelos camponeses na aquisição do crédito, e a aplicação dessa política no estado, as mudanças por ela causadas e a relevância para as famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Camponeses, PRONAF, Economia.

ABSTRACT: The recognition of peasant agriculture justifies the creation of a favorable institutional environment for the development of its sustainable base activities and in line with the new environmental demands to which the planet has been subjected. The present investigation aims to verify the action of PRONAF within the framework of the state of Maranhão, analyzing the policy of the program and the economic impacts that it has been causing in the local economies and in the lives of the beneficiaries. To do this, we sought to identify and analyze the impacts of PRONAF's volume of resources in relation to the state GDP. Seeing the obstacles encountered by farmers in the acquisition of credit, and the application of that policy in the state, the changes caused by it and the relevance for families.

KEYWORDS: Peasants, PRONAF, Economy.

1 | INTRODUÇÃO

O PRONAF surge em meio à pauta de reivindicações da política agrícola dos camponeses e movimentos sociais, sendo fruto de muitas lutas e ações de enfrentamento a grupos políticos. A partir da década de 1970, os

camponeses vivenciaram um processo de concentração de suas atividades em uma ou duas culturas, ou a destinação de seus produtos ao mercado agroindustrial, isso sobretudo com a implantação de grades projetos de expansão das fronteiras agrícolas do país, o que os força a se encaixam nos moldes capitalista de produção.

Segundo Abramovay e Veiga (1999), Belik (1999) e Silva (1999), as avaliações sobre os primeiros anos de execução do PRONAF demonstram que nem todos os agricultores familiares beneficiaram-se do programa, isso por que o camponês tendo seu modo tradicional de vida não se submete a essa nova política, criada de cima para baixo e buscando torná-lo dependente do capital financeiro. Para esses autores, em primeiro lugar, foram beneficiados, sobretudo, os mais prósperos agricultores familiares, aqueles de maior renda e, provavelmente, os que já mantinham relações comerciais com o setor bancário. Em segundo, os bancos tendiam a privilegiar agricultores familiares que trabalhavam com mercados mais dinâmicos, mais estáveis, e beneficiavam, então, preferencialmente, os agricultores integrados à agroindústria.

Contudo observando o impacto do programa na vida dos trabalhadores brasileiros que passaram a ter “maior facilidade” em acessar recursos para produção de alimentos e animais no campo podemos destacar que a conquista do PROVAP em 1990 e posteriormente o PRONAF em 1996 fortaleceram e desenvolveram a agricultura antes tida como apenas de subsistência, segundo Rossi (2008) “O programa PRONAF, abriu essa perspectiva para esse grupo de trabalhadores. Com isso, há um crescimento impressionante da produção”, a partir dessa linha de financiamento.

No entanto inúmeros camponeses que haviam acessado o crédito do PROVAP se endividaram, Santiago e Silva (1999), afirma que os produtores rurais se endividaram junto às instituições financeiras durante a década de 1990. Isto aconteceu devido aos diversos planos de estabilização da economia do período e às constantes mudanças nas regras de operacionalidade do crédito rural. Assim quando implantado o PRONAF em 1996, houve um aumento nos processos judiciais devido às diferenças entre a correção dos preços mínimos e os saldos devedores dos contratos de financiamento.

De acordo com o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER, 2007), embora seja um programa nacional, nos primeiros anos a maior parte dos recursos do PRONAF foi aplicada no Sul do país. As razões para essa concentração centram-se nos seguintes aspectos: agricultores mais integrados aos mercados; facilidade na operacionalização e em sua divulgação, pressão do movimento sindical; e a existência de uma rede bancária bem mais distribuída pelos municípios, se comparada às demais regiões do país.

Tendo os estados do Norte e Nordeste os menores índices de acesso ao programa, argumentação validada pela má distribuição de bancos e agências de apoio ao camponês, outro motivo é que os camponeses das regiões Norte e Nordeste têm sua produção ligada as relações familiares, socioculturais, e socioterritoriais com a terra, tendo-a como algo divino e sagrado, negando tornarem-se minicapitalista, optando pela manutenção de sua tradicionalidade.

Segundo Ploeg (2010, p. 5), a agricultura familiar – ou camponesa – difere totalmente da agricultura empresarial e capitalista, seriam duas formas mutuamente exclusivas, tendo em vista que a agricultura familiar possui um modo próprio de produção. Para esse autor, é necessário resgatar o agricultor familiar desenvolvendo políticas que possam resituar este indivíduo na sua localidade e, ao mesmo tempo, promover a multifuncionalidade da unidade produtiva familiar, rompendo com a especialização e o uso de insumos artificiais que desconectam a agricultura da natureza. Neste modelo que incorpora os critérios de produtividade, eficiência e rendas crescentes, deve se acrescentar também o tema da sustentabilidade.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2007) reconhece que, contrariando o objetivo do programa, o principal tipo de fortalecimento que o PRONAF propicia está ligado ao padrão de desenvolvimento agrícola setorial, no qual a especialização das atividades produtivas e econômicas dos agricultores se sobressaem, e não o desenvolvimento da categoria camponesa. Assim fica claro que a conquista da política que visava beneficiar o camponês passa a garantir a manutenção das estratégias do capitalismo fortalecendo o modo desenvolvimentista do campo.

2 | PRONAF: MARANHÃO, A TERRA E O DESENVOLVIMENTO?

Os estados do Nordeste sempre careceram de políticas que visassem o desenvolvimento de indústrias pesadas nas regiões fora das capitais e o assistenciamento à população, e constantemente enfrentam grandes problemas decorrentes das condições climáticas. Por apresentar um expressivo contingente populacional ligado ao uso da terra, durante o governo Lula criou-se facilidades para uma maior adesão ao PRONAF, desenvolvendo linhas de créditos especiais específicas para a região Nordeste.

É neste contexto que o Maranhão, o estado brasileiro com maiores índices de população considerada pobres do Brasil e que também apresenta a maior população rural (Gráfico 1), apenas nos anos finais da década de 1990 é que houve a ultrapassagem da população rural pela urbana (o estado do Maranhão foi o último dos estados brasileiros a passar por esse processo), processo esse que ocorreu por conta das oligarquias políticas estadual que durante anos mantêm o poder em suas mãos, e que direciona os investimento para atender seus próprios interesses deixando a grande maioria da população mais carente, principalmente os camponeses desassistidos.

O Maranhão, por ser um estado com população majoritariamente rural, teve sua economia durante anos ligada essencialmente a produção do/no campo e a agropecuária leiteira/de corte, desenvolvidas em grande parte por camponeses.

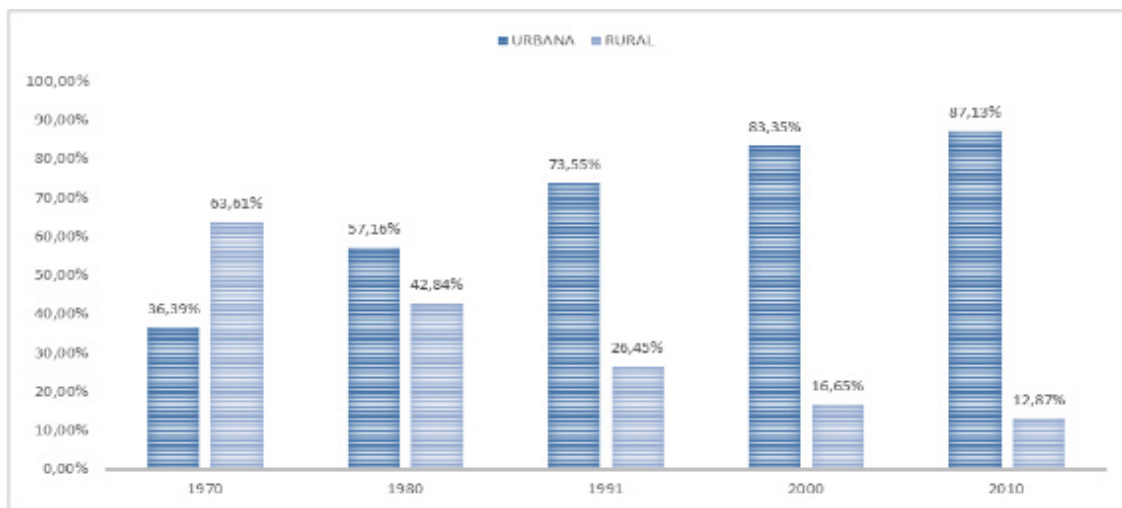


Gráfico 1 - População urbana e rural do Maranhão de 1970 a 2010 (em %).

Fonte: IBGE, 2017.

Os camponeses por serem poliprodutores se mantêm com base em seu trabalho na roça e da criação de pequenos animais e nas últimas duas década passaram também contar com auxílio de programas sociais como é o caso do Bolsa Família e o Seguro Defeso (no caso dos pescadores), o excedente que as famílias produzem é comercializado nos núcleos urbanos locais, para a viabilizar a aquisição de produtos que não produzem.

O acesso ao financiamento do PRONAF garante (ou deveria garantir) a produção em maior quantidade, com melhor qualidade e também facilitar a vida do camponês que com maior disponibilidade de recursos financeiros poderiam investir na mecanização das atividades que desenvolvem nos seus territórios, no entanto são muitos os empecilhos para que os mesmos possam ter acesso à esta modalidade de financiamento. Tais dificuldades deu origem em 2015 a um documento elaborado durante o 2º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado do Maranhão, enviado ao então Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Destacamos a necessidade de que o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF se torne menos burocrático e mais acessível em nosso estado, essencialmente quando se trata da relação entre o homem e a mulher do campo e as instituições bancárias, que deveriam ser um facilitador e hoje se mostram como um verdadeiro entrave, pela falta de sensibilidade para com o público desse importante programa (FETRAF-MA, SINTRAFs, 2015)

Os camponeses maranhenses, a exemplo dos camponeses de todo o país, mesmo tendo que enfrentar uma gama enorme de dificuldades, que vão além da falta de investimentos na produção, logística e comercialização, mas sobretudo em setores essenciais, como na saúde e educação, sofrem ainda com as constantes ameaças de desterritorialização, ainda assim, não desistem da manutenção do seu modo de vida pautado, sobretudo, na produção de alimentos.

O Maranhão é o terceiro estado com a maior concentração de famílias agricultoras da região Nordeste e o quinto do país. De acordo com o último Censo Agropecuário, são quase 860 mil agricultores familiares responsáveis pela produção de 93% do café, 89% do arroz, 86% da mandioca e do feijão consumidos no estado. Na safra passada, foram contratados mais de R\$ 436 milhões em créditos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destes, quase 83 mil contratos foram destinados para melhorias no estabelecimento e na produção dessas famílias. (Sec. Esp. D.A, 2017)

O Maranhão é também um estado com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, variando sua colocação entre a primeira e a segunda posição (revezando com o estado de Alagoas). A Tabela 1, apresenta os índices de IDH do Brasil e do Maranhão, esses valores são dados pelo índice de GINI, e nos mostra que mesmo passando de 0,357 em 1991 para 0,689 em 2010, praticamente dobrando seu índice, o estado ainda permanece com elevado índice de desigualdade social.

	Pop. Total 2010	IDH 1991	IDH 2000	IDH 2010
Brasil	190.755.799	0,493	0,612	0,727
Maranhão	6.574.789	0,493	0,476	0,689

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Maranhão e do Município de Balsas entre os anos 1991 a 2010.

Fonte: ADHB, 2017.

O PRONAF apresentou maior amplitude e abrangência populacional em sua vigência no estado do Maranhão a partir do primeiro mandato do então presidente Lula em 2003, chegando ao ápice de contratos em 2006 quando foram registrados 237.378 junto ao Banco Central do Brasil (Gráfico 2), no entendo durante os anos de 2008 a 2017 o número de contratos se manteve instável, tendo variações pouco acentuadas, toda via o montante de recursos foi se elevando até 2012.

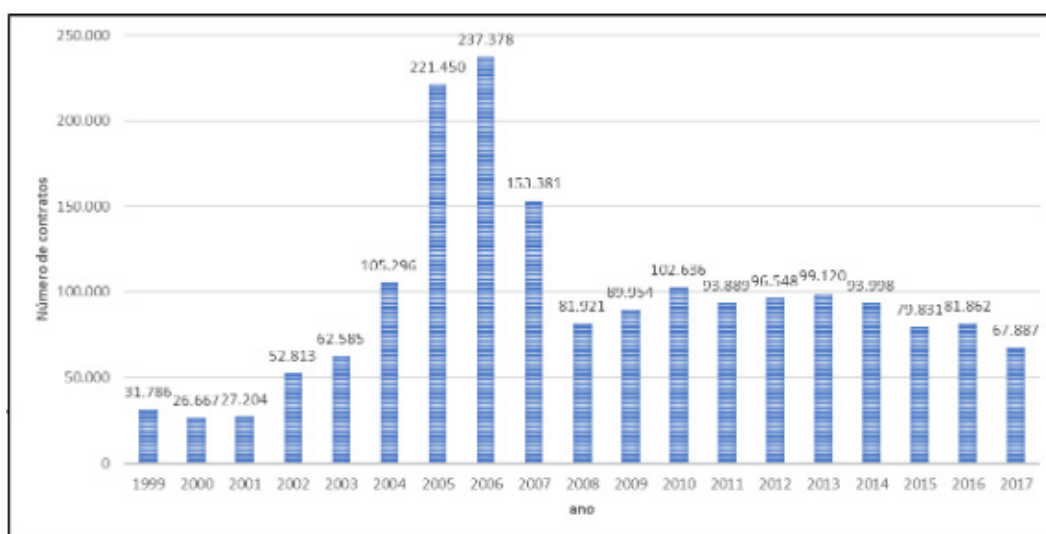


Gráfico 2 - Número de contratos do PRONAF no Maranhão - 1999/2017.

Fonte: BRASIL, B.C. 2017.

O montante de recursos disponibilizado aos camponeses teve seu recorde registrado em 2012 com R\$ 1.305.325.964,10, já no governo Dilma Rousseff (Gráfico 3), após grande investimento governamental aplicado na agricultura camponesa na busca de capitalizar o camponês, em consonância com as políticas que criou um novo ator social no campo denominado de agricultor familiar, visando metamorfosear o camponês em agricultor familiar, ou seja, torná-lo um produtor de escala média. Todavia, tal volume de investimento na agricultura camponesa materializado no PRONAF, foi justificado pela abstenção de criação de novos assentamentos rurais, com o argumento de que seria mais racional investir na viabilização econômica daqueles já existentes, tal opção, se por um lado trouxe algum benefício aos camponeses, por outro lado, estagnou de vez a lenta e árdua luta pela desconcentração da propriedade fundiária no país.

Os problemas que assolaram o setor econômico do país, por conta da crise financeira que ocorreu nos Estados Unidos da América e na União Europeia em 2012, provocou a queda de investimentos em todos os setores da economia no Maranhão, como também em todo território nacional.

Os reflexos desta queda de investimentos atingiu também o PRONAF, no Maranhão em 2013, o montante foi de apenas R\$ 412.897.562,81 (Gráfico 3), restringindo ainda mais o acesso dos camponeses à essa modalidade financiamento, para eles única, aos quais restando apenas a forma de produção que lhes são característico, o modo tradicional, porém, esta também é uma peculiaridade do camponês, que ora se submete ao capital, ora o estranha, assim, nessa atuação ambígua, ele se recia em sua território, em virtude da flexibilidade que o trabalho familiar e a relativa independência das instituições financeiras lhes conferem, permitindo lhes encontrar novas formas de produzir.

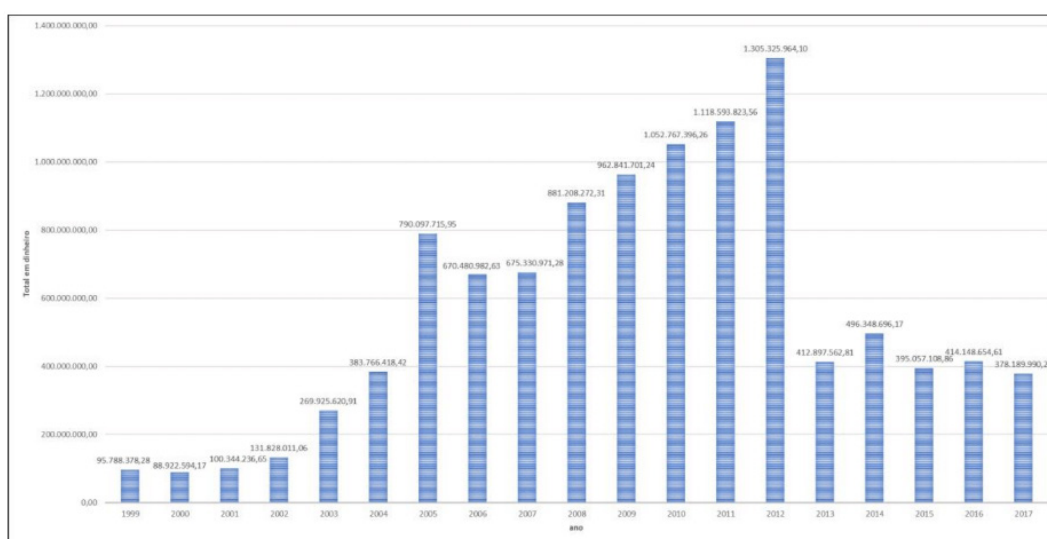


Gráfico 3 - Valores dos financiamentos do PRONAF no Maranhão no período 1999/2017.

Fonte: BRASIL, B.C. 2017.

Nos últimos anos o Maranhão foi destaque nos meios de comunicação em razão

da sua produção e pelo acesso ao crédito do PRONAF. Destacamos duas reportagens: a primeira publicada em 2014, onde um site de notícias nacionais veiculou que o Maranhão receberia R\$ 429 milhões para investimentos na agricultura familiar e que esse montante seria aplicado no PRONAF, com o seguro Garantia-Safra, com os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), além dos programas de compras governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae); a segunda notícia foi publicada no site de um jornal estadual no dia 02 de fevereiro 2017, chamando bastante a atenção da população campesina maranhense, pois apresentava o título: “BNB destina R\$ 257 milhões à agricultura familiar no Maranhão” a notícia se referia ao ano anterior (2016) e destacava que:

Os agricultores familiares do Maranhão receberam, em 2016, investimento total de R\$ 257 milhões em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste. O crédito, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), alcançou famílias de agricultores e produtores rurais de todos os 217 municípios maranhenses. Apesar da redução acentuada nas precipitações nos últimos anos (em 2016 as chuvas ficaram 30% abaixo do normal, de acordo com o Núcleo de Meteorologia Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA), o valor contratado aumentou 19,78% em relação a 2015, passando para R\$ 257 milhões. A quantidade de operações cresceu 21,62%, totalizando 49.086 em 2016. As áreas que mais demandaram crédito na pecuária foram: bovinocultura, suinocultura, caprinocultura e avicultura. Na agricultura: grãos, raízes e tubérculos, fruticultura e olericultura. Segundo o superintendente estadual do BNB no Maranhão, Expedito Neiva, “a agricultura familiar tem uma participação importante na produção de alimentos não só no Maranhão, mas em todo o Brasil. Nesse sentido, o Banco do Nordeste tem dado todo o apoio ao segmento Pronaf, viabilizando a produção, a geração de renda, em resumo: garantindo a sustentabilidade do homem do campo”. A expectativa do Banco do Nordeste para 2017 é investir mais de R\$ 286 milhões na agricultura familiar maranhense, por meio do Pronaf. (BOGEA. JORNAL PEQUENO, 2017)

Em dezembro de 2017 foi lançado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pesca - SAGRIMA, Superintendência de Pesquisas e Geoprocessamento (SPG) e o Governo do Estado do Maranhão, um boletim intitulado “Perfil da Agropecuária Maranhense 2016”, onde buscou-se traçar um perfil da agropecuária maranhense, destacando o papel da agropecuária na economia do Maranhão; a relevância no mercado de trabalho do estado; as principais culturas e atividades desenvolvidas; os principais municípios produtores; as vocações regionais e a importância da produção maranhense no contexto regional e nacional.

Nesse boletim são destacadas as dez maiores culturas agrícolas (temporárias + permanente) do estado, sendo elas Soja, Milho, Mandioca, Cana-de-açúcar, Algodão, Arroz, Feijão, Banana, Abacaxi, e Melancia, e os três maiores rebanhos do estado, que é o Avícola, o Bovino e o Suíno. Algumas produções têm maior destaque ao serem financiadas pelo PRONAF, e também maiores facilidades, por essa razão e baseado nas análises da política de legislação do PRONAF, destacamos aqui algumas informações da produção de Milho, Mandioca, Arroz, Feijão, e Melancia, ambos abrangidos pela

política do PRONAF no âmbito especial da região Nordeste, e também destacaremos o impacto econômico dos três rebanhos destacados anteriormente.

Nas Tabelas 2 e 3, temos os dez maiores municípios produtores do estado em 2015 e 2016, destaca-se a saída do município de Carolina em 2016, e a entrada do município de Açailândia, esse processo ocorreu graças a expansão das grandes plantações de grãos (a lavoura mecanizada de grande porte que é a principal fonte de recursos na economia desses municípios, estando presente em todos aqui citados) para a região Oeste onde se localiza Açailândia.

Município	Valor (R\$1.000)	%
Balsas	691.880	17,82
Tasso Fragoso	543.641	13,98
Alto do Parnaíba	172.064	4,42
Simbaíba	171.263	4,40
São Raimundo das Mangabeiras	143.199	3,68
Riachão	129.394	3,32
Carolina	120.672	3,10
Loreto	110.175	2,83
São domingos do Azeitão	87.468	2,25
Brejo	69.877	1,79

Tabela 2 - Dez maiores produtores de lavoura temporária e permanente do Maranhão em 2015.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2015.

Org.: SAGRIMA, 2015.

Adp.: RODRIGUES, 2018.

Em 2015 os dez municípios (Tabela 2) eram responsáveis por 57,59% da economia agrícola do estado do Maranhão, já em 2016 os dez municípios retratados na Tabela 3 foram responsáveis por 48,63%, essa queda ocorreu por conta de inúmeros fatores climáticos que influenciaram na produção dos municípios, e também pela espacialização da política do PRONAF que ajudou alguns produtores camponeses de vários municípios a desenvolverem suas plantações de forma mais capitalista, visando o mercado consumidor das cidades mais próximas.

Município	Valor (R\$1.000)	%
Balsas	413.986	13,70
Tasso Fragoso	348.163	11,52
São Raimundo das Mangabeiras	145.930	4,82
Alto do Parnaíba	101.147	3,34
Simbaíba	88.953	2,94
Brejo	84.412	2,78
Riachão	82.412	2,72
Açailândia	76.023	2,51
Loreto	66.653	2,20
São Domingos do Azeitão	63.488	2,10

Tabela 3 - Dez maiores produtores de lavoura temporária e permanente do Maranhão em 2016.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2016.

Org.: SAGRIMA, 2016.

Adp.: RODRIGUES, 2018

Na Tabelas 4, tem-se as cinco principais culturas produzidas no campo no estado do Maranhão em 2015 e 2016, cobertas pelo financiamento do PRONAF. Ressaltamos aqui que essas culturas não são somente produzidas por camponeses que acessam o financiamento do PRONAF, mas também por produtores que dispõem de grande poder aquisitivo, maquinário agrícola e vastas áreas disponíveis para sua produção. Justifica-se a utilização desses dados pois os mesmos dão uma visão aproximada da realidade já que englobam os camponeses pronafianos e os grandes produtores não pronafianos. Ressalta-se que não há dados disponíveis que retratem apenas a produção camponesa e financiada pelo PRONAF, já que o extinto Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, vinculada à Casa Civil, nunca fez um levantamento das rendas obtidas pela produção camponesa beneficiárias dos financiamentos dos créditos do PRONAF.

Culturas	2015		2016	
	Valores (R\$)	%	Valores (R\$)	%
Mandioca	1.481.907	38,12	1.497.537	16,65
Milho	1.397.831	35,96	1.511.467	17,12
Arroz	314.486	8,09	131.284	4,39
Feijão	45.918	1,18	81.077	2,71
Melancia	17.490	0,45	15.369	0,51

Tabela 4 - Valor da produção das cinco culturas agrícolas financiadas pelo Pronaf, e de maior relevância do estado do Maranhão (R\$) (Temporária + permanente) em 2015 e 2016.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2015/2016.

Org.: SAGRIMA, 2015/2016.

Adp.: RODRIGUES, 2018.

Assim observa-se na Tabela 4, que a mandioca majoritariamente utilizada para a produção de farinhas (seca e d'água) cultivada por grandes e pequenos agricultores, sua produção foi ultrapassada pela produção de milho, utilizado para exportação pelos grandes produtores e para consumo e ração de animais na grande maioria das vezes pelos camponeses. A produção de milho na safra 2015/2016, foi de 682.791 toneladas, sendo que o sul do estado foi detentor da maior produção de grãos. O destaque ficou por conta dos municípios de Balsas, com quantidade produzida de 127.134 toneladas, Tasso Fragoso com 66.312 toneladas seguido por São Raimundo das Mangabeiras com 60.225 toneladas. A produção de mandioca na safra de 2015/2016, foi de 1.305.850 toneladas, o que correspondeu a quase 1/3 da produção nordestina, onde o estado do Maranhão ocupa a segunda posição e a quarta no Brasil comparado aos outros estados, sendo os municípios com maior produtividade Barreirinhas, Tutóia e Santa Luzia.

Contudo, analisa-se a produção de arroz, feijão e melancia, para que se possa compreender a dinâmica de produção desses produtos geralmente, mas não necessariamente “ligados” ao camponês e ao PRONAF. A produção de arroz no Maranhão é destaque no país sendo a sexta maior, e a primeira do Nordeste, na safra 2015/2016, o estado produziu 152.216 toneladas em uma área colhida de 159.414 hectares, obtendo um rendimento médio de 955kg/ha. Já a produção de feijão em 2016 ficou em terceiro lugar em comparação com outros estados do Nordeste, que segundo o IBGE (2017) foi de 69.948 hectares e obteve um rendimento médio de 483 kg/ha. E por fim temos a produção de melancia, o Maranhão produziu em 2016 segundo o IBGE, 23.112 toneladas, tendo uma área cultivada de 2.574 hectares e um rendimento médio de 8.979 kg/ha, valores superiores ao ano anterior. Em 2015, os maiores destaques foram os municípios de São Domingos do Maranhão e Ribamar Fiquene. Sendo este último, também destaque em em 2016 com 1.420 toneladas, juntamente com o maior produtor, São Felix de Balsas que produziu 3.560 toneladas, e Magalhaes de Almeida com 1.357 toneladas. (SAGRIMA, 2017)

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Maranhão ter a maior população rural do país é um indicativo seguro de que sua economia tem por base a produção do campo, seja via agronegócio ou por intermédio da produção camponesa, por esse motivo os diferentes níveis de governo devem buscar formas de viabilizar através de políticas públicas sua produção, é assim que assume relevância a vigência e melhoramento do PRONAF no estado, sabendo-se das falhas no incrementos das políticas e das negligências de todas as esferas governamentais, todavia, faz-se necessário que se equalize tais falhas e se averigüe a lisura da aplicação do financiamento, fazendo com que este atinja de fato os seus destinatários finais, e que estes sejam contemplados com os instrumentos e assistências necessárias para que tenham sua produção viabilizada, o que com certeza beneficiará toda a sociedade maranhense que depende da produção do campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. da. 1999. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, IPEA, 41 p. (Texto para Discussão, 641).

BRASIL, B. C. **Matriz de dados do crédito rural: Série: 1999 a 2017** - Quantidade e Valor dos Contratos por Município. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>. Acesso em: 28 de dez. 2017.

_____, Casa Civil. Sec. Esp. de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. MA: **agricultura familiar impulsiona produção no estado**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/ma-agricultura-familiar-impulsionaprodu%C3%A7%C3%A3o-no-estado>. Acesso em 03 de jan. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População urbana e rural municipal** – MA. Serie 1970 – 2010. Disponível em www.sidra.ibge.br. Acesso em 13 de junho de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). **Cartilha de acesso ao Pronaf 2011-2012**. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/PC-4/Downloads/cartilha%20pronaf.pdf>. Acesso em: 16 de dez. de 2017.

BOGEA, G. **BNB destina R\$ 257 milhões à agricultura familiar no Maranhão**. Jornal Pequeno, São Luís – MA, 2017. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2017/02/02/bnb-destina-r-257-milhoes-agricultura-familiar-no-maranhao/> Acesso em: 04 de jan. 2018.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). 2007. **Cartilha do PRONAF**. Curitiba, Editora da UFPR, 25 p.

FETRAF-MA, SINTRAFs. **Documento: 2º congresso estadual dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar no estado do Maranhão**. Ao exmo. senhor Ministro do MDA, Patrus Ananias. São Luís – MA, 2015. Disponível em: <http://contrafbrasil.org.br/system/uploads/ck/files/migracao/documento-20ao-20ministro.pdf>. Acesso em 03 de jan. de 2018.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited**. Journal of Peasant Studies, v. 37, n. 1, p.1-30, 2010.

SAGRIMA, **Perfil da Agropecuária Maranhense 2016**. São Luís – MA: SAGRIMA, 2017.

_____, **Perfil da Agropecuária Maranhense 2015**. São Luís – MA: SAGRIMA, 2016.

SANTIAGO, M. M. D.; SILVA, V. **A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes (1999)**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=430>. Acesso em 03 de jan. 2018.

SILVA, E.R.A. da. 1999. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998**. Brasília, IPEA, 48 p.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

